

Instituto de
Estudos para
Políticas de Saúde

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores do
Instituto de Estudos para Políticas de Saúde
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das



estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago de Barros Albuquerque
Contador CRC-RJ-115847/O-1

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.980	14.898	Contas a pagar	8	39.530	2.450.000
Títulos e valores mobiliários	5	561.418	38.454	Obrigações tributárias		677	104
Créditos a receber		1.023	232	Obrigações trabalhistas e sociais	9	104.439	50.813
Doações a receber	6	1.169.157	-	Recursos para projetos sociais	10	1.438.790	-
		1.743.578	53.584			1.583.436	2.500.916
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Doações a receber	6	2.234.843	-	Recursos para projetos sociais	10	2.234.843	-
Imobilizado	7	425.870	477.208			2.234.843	-
Intangível	7	18.326	19.745				
		2.679.039	496.954	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio Social	11	(1.950.379)	-
				Superávit/(déficit) do Exercício		2.554.717	(1.950.379)
						604.338	(1.950.379)
TOTAL DO ATIVO		4.422.617	550.537	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.422.617	550.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		5.780.867	-
Com restrições		38.367	-
Programas e Projetos Sociais		38.367	-
Sem restrições		5.742.500	-
Contribuições e Doações Voluntárias		5.700.000	-
Prestação de Serviços		42.500	-
CUSTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS		(1.764.303)	(187.500)
Atividades Programáticas	12	(1.764.303)	(187.500)
RESULTADO BRUTO		4.016.565	(187.500)
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.461.847)	(1.762.879)
Despesas com pessoal	13	(878.388)	(812.684)
Serviços prestados	14	(142.224)	(568.938)
Viagens e estadias		(3.858)	(21.774)
Despesas gerais e administrativas	15	(325.645)	(289.312)
Depreciação e Amortização	7	(115.630)	(75.008)
Encargos e Impostos		(13.162)	-
Resultado Financeiro Líquido	16	17.060	4.837
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		2.554.717	(1.950.379)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit/(Déficit) do exercício	2.554.717	(1.950.379)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u>2.554.717</u>	<u>(1.950.379)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit / (Déficit)</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Déficit do exercício findo em 31 de dezembro de 2019	-	<u>(1.950.379)</u>	<u>(1.950.379)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	<u>(1.950.379)</u>	<u>(1.950.379)</u>
Incorporação do Déficit exercício anterior	(1.950.379)	1.950.379	-
Superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	-	<u>2.554.717</u>	<u>2.554.717</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>(1.950.379)</u>	<u>2.554.717</u>	<u>604.338</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	2.554.717	(1.950.379)
Ajustes para reconciliar o superávit ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação/Amortização	<u>115.630</u>	<u>75.008</u>
Superávit (Déficit) do Exercício Ajustado	2.670.347	(1.875.371)
(Aumento) Diminuição dos Ativos		
Créditos a receber	(791)	(232)
Titulos e valores mobiliários	<u>(522.964)</u>	<u>(38.454)</u>
	(523.755)	(38.686)
Aumento (Diminuição) dos Passivos		
Obrigações Trabalhistas, Fiscais e Sociais	54.200	50.916
Contas a Pagar	(2.410.470)	2.450.000
Recursos para projetos sociais	<u>3.673.633</u>	<u>-</u>
	1.317.363	2.500.916
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.463.954	586.860
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	<u>(62.872)</u>	<u>(571.962)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(62.872)	(571.962)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Doações a receber	<u>(3.404.000)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(3.404.000)	-
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(2.918)	14.898
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	14.898	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>11.980</u>	<u>14.898</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(2.918)	14.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO SOCIAL

O Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), constituído em 10 de outubro de 2018 sob a razão social de Instituto de Estudos da Saúde, teve sua razão social alterada em 1º de julho de 2019, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de seus Associados Fundadores, e seu primeiro adiantamento referente à doação em 16 de janeiro de 2019.

O Instituto é uma associação civil sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1100, 7º andar, parte, Leblon, e filial em São Paulo, na Rua Itapeva, nº 286, conjunto 81 a 84, Bela Vista.

O Instituto tem por objeto social a análise do setor de saúde no Brasil, e suas componentes, com vistas a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas relevantes para a área.

O Instituto defende a ideia de que toda a população brasileira deva ter acesso à saúde de qualidade e que o uso de recursos e a regulação do sistema de saúde sejam os mais efetivos possíveis. E que o acesso à saúde respeite o princípio da equidade, tendo o Estado Brasileiro um papel relevante, de natureza distributiva, neste processo.

Inicialmente, o IEPS terá quatro eixos de atuação:

1. Produção de pesquisa científica
2. Formulação de propostas de políticas públicas
3. Fortalecimento da gestão pública
4. Promoção de uma cultura de saúde

O Instituto também se propõe a ser um espaço de encontro e articulação que facilite e estimule o diálogo franco sobre todos os assuntos que tem a ver com o sistema de saúde, a pesquisa rigorosa e a coerência na formulação de políticas públicas de saúde.

O Instituto tem o prazo de duração indeterminado e sua dissolução só poderá ser efetuada por meio de decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Em caso de sua dissolução social, os bens remanescentes serão destinados a outra entidade sem fins lucrativos e econômicos, preferencialmente com a mesma finalidade, nos termos da legislação aplicável.

Para administração de suas atividades, o Instituto possui a seguinte estrutura:

- a. Assembleia Geral, seu órgão soberano, é a reunião dos associados, realizada com a finalidade de deliberar sobre matérias de IEPS.

- b. Diretoria, órgão responsável pela direção e representação do IEPS. Constituída por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Pesquisa e 1 Diretor Administrativo-Financeiro. O mandato da Diretoria é três anos, permitidas reeleições.
- c. Conselho Consultivo, órgão de aconselhamento da Diretoria e dos associados fundadores. Composto por no mínimo 3 membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- d. Conselho Fiscal, órgão colegiado, constituído por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

COVID-19: A instituição junto a seus associados e colaboradores continua fazendo sua parte para evitar a propagação da COVID-19.

Seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e também pelos Governos estaduais (Rio de Janeiro e São Paulo) e municipais (Rio de Janeiro e São Paulo), onde se localizam seus escritórios, a instituição implantou medidas a fim de preservar e assegurar a saúde e segurança dos seus empregados e colaboradores. Neste sentido, desde março/20, foi adotado o regime de teletrabalho, cancelamentos de eventos presenciais e redução de viagens, utilização de tecnologias de teleconferência e videoconferência para reuniões internas e externas.

Impactos da COVID-19 - Mesmo com ineditismo da situação, do impacto da pandemia na economia, a instituição manteve suas operações em níveis estáveis, garantindo a normalidade das atividades planejadas para o ano de 2020.

Continuidade das atividades e efeitos da pandemia de COVID-19 - A Administração, no gerenciamento e monitoramento de riscos, com auxílio das estruturas vigentes, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não identificou indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2. **BASE PARA PREPARAÇÃO**

a) **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.255/09, NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de junho de 2021.

b) **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados a valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Os itens das demonstrações financeiras onde a prática de julgamento pela Administração para determinação do valor de tais itens pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja identificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia seus investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. São medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os montantes de caixa e aplicações financeiras disponíveis em contas bancárias de livre movimentação. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado”.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto possuía os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, obrigações trabalhistas e sociais e recursos para projetos sociais.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

As doações e contribuições recebidas para custeio operacional são contabilizadas em contas de receita, que são divididas em Receitas com restrições e Receitas sem restrições.

Recebimento de recursos com restrições – registram os recursos recebidos, firmados em instrumentos contratuais e destinados às atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto. São reconhecidos como obrigação do Instituto perante os doadores e são contabilizados inicialmente no passivo. Essas obrigações têm seu reconhecimento em conta de receita a partir da realização efetiva das despesas.

Recebimento de recursos sem restrições – registram os recursos de prestação de serviços e das contribuições e doações voluntárias. As receitas de doações voluntárias variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer ao Instituto. Esses recursos são contabilizados diretamente na conta de resultado, em Receitas Operacionais.

O reconhecimento das despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incluindo operações de *hedge*.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Ganhos e perdas na baixa ou na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2020	2019
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	42 meses	42 meses

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com vida útil estimada de 5 anos.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. O Instituto não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados mensalmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

i. Obrigações, imunidades e isenções tributárias

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Artigo 15 da Lei nº 9532/97 e artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR), usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na Fonte.

j. Apuração do superávit ou déficit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conta bancária é destinada ao recebimento dos recursos das operações da Instituição e à liquidação das despesas correntes, não havendo restrições, bem como bloqueios judiciais para suas movimentações.

Descrição	2020	2019
Caixa e bancos	11.980	14.898
	11.980	14.898

5. TÍTULO E VALORES MOBILIÁRIOS

O Instituto possui investimentos financeiros que referem substancialmente a aplicações em Fundo de Renda Fixa, discriminadas a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações Financeiras - Fundo de Renda Fixa	561.418	38.454
	<u>561.418</u>	<u>38.454</u>

6. DOAÇÕES A RECEBER

Os recursos de doações a receber, destinados à execução das atividades estatutárias e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos no ativo tendo como contrapartida uma obrigação do Instituto perante aos doadores e/ou parceiros. Essas obrigações são reconhecidas nas contas de resultado de acordo com a realização das despesas prevista no contrato firmado.

Os valores relativos às doações de recursos internacionais são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio nas datas de início de vigência dos contratos, incorporando as variações cambiais ocorridas até a data do fechamento do balanço.

O repasse dos recursos, pelo doador, está condicionado à comprovação das atividades realizadas, que é efetuada através do envio da prestação de contas periódica e apresentação das demonstrações financeiras auditadas.

O Instituto possui doações a receber, divididas em curto prazo e longo prazo, que estão discriminadas a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Doações a receber - curto prazo	1.169.157	-
Doações a receber - longo prazo	2.234.843	-
	<u>3.404.000</u>	<u>-</u>

Os valores referem-se às apropriações dos contratos de doação da Umane.

7. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Valor líquido 31/12/2019	Aquisições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Valor líquido 31/12/2020
Equipamentos de Informática	20%	113.695	55.975	-	(30.433)	139.238
Móveis e Utensílios	10%	175.928	3.765	-	(19.672)	160.021
Máquinas e Equipamentos	20%	28.331	-	-	(3.063)	25.268
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		159.255	-	-	(57.911)	101.344
Total Imobilizado		477.208	59.740	-	(111.079)	425.870
Intangível - Software	20%	19.745	3.132	-	(4.551)	18.326
Total intangível		19.745	3.132	-	(4.551)	18.326

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel.

O Instituto não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC PME.

8. CONTAS A PAGAR

Os adiantamentos concedidos em 2019 por um dos associados fundadores da Instituição foram quitados em julho de 2020. Em maio de 2020 a SEFAZ-RJ (Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro) deferiu o pedido de reconhecimento de isenção tributária das doações recebidas.

Descrição	2020	2019
Fornecedores	9.898	-
Adiantamento de terceiros	-	2.450.000
Pro labore	29.632	-
	39.530	2.450.000

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS A RECOLHER

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão de férias	104.439	50.813
	<u>104.439</u>	<u>50.813</u>

10. RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS

O Instituto possui recursos de doações, divididas em curto prazo e longo prazo, que estão discriminadas a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Recursos de doações - curto prazo	1.438.790	-
Recursos de doações - longo prazo	2.234.843	-
	<u>3.673.633</u>	<u>-</u>

Os valores referem-se às apropriações dos contratos de doação da Umane (<https://umane.org.br/>). A parceria Umane-IEPS, consagrada em contrato de doação, que contém plano de trabalho detalhado, tem como objetivo geral o desenho e implementação de uma série de projetos, pesquisas e diagnósticos em políticas públicas, além de atividades de sensibilização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com foco na Atenção Primária à Saúde.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é representado por fundos originados dos resultados anuais e das doações de bens e recursos recebidos, a serem utilizados na consecução dos objetivos sociais do Instituto.

Na hipótese de o Instituto perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial do Instituto deverá ser transferido para outra(s) pessoa(s) jurídica(s) qualificada(s).

O Estatuto Social proíbe a distribuição de quaisquer parcelas do patrimônio social ou do superávit apurado, devendo ser aplicados unicamente na operação do Instituto.

12. ATIVIDADES PROGRAMÁTICAS

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Programas de Bolsas - FGV	139.625	187.500
Eventos	500	-
Serviços de Terceiros	582.005	-
Despesas com pessoal	1.042.173	-
	<u>1.764.303</u>	<u>187.500</u>

As despesas com pessoal relacionadas às "Atividades Programáticas" se referem à equipe contratada do IEPS trabalhando diretamente em diversos programas sob gestão do IEPS ligados aos objetivos do Estatuto Social.

13. DESPESAS COM PESSOAL

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração	614.936	573.908
Encargos sociais	148.212	177.877
Benefícios	115.240	60.899
	<u>878.388</u>	<u>812.684</u>

As despesas de pessoal se referem à equipe contratada do IEPS, inclusive a Direção, que tem um papel meio e-ou institucional.

14. SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços prestados PF	-	4.000
Estagiários	-	868
Serviços prestados PJ	7.309	499.033
Assessoria contábil	46.000	50.600
Assessoria jurídica	1.456	-
Serviços de informática	55.639	8.569
Auditoria contábil	20.500	-
Serviços de Limpeza	6.120	5.868
Consultoria em Administração	5.200	-
	<u>142.224</u>	<u>568.938</u>

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Descrição	2020	2019
<u>Infra Estrutura</u>		
Aluguel e Condomínio	271.860	210.103
Telefone	6.763	5.450
Energia Elétrica	8.458	4.547
Conservação e Manutenção do Imóvel	-	4.474
Conservação e Manutenção de Equipamentos	2.080	20.432
Bens de Natureza Permanente	-	2.319
Loações	-	350
Internet	16.368	10.680
Site	2.129	1.651
<u>Administrativas</u>		
Material de Informática e Escritório	694	11.110
Material de Limpeza e Copa	707	3.120
Lanches e Refeições	1.911	3.873
Confraternização	12.416	-
Impressões, cópias e encadernações	155	-
Legais, judiciais e cartório	662	8.012
Correios	-	207
Seguros	-	319
Serviços de entregas e fretes	501	1.001
Livros, jornais e revistas	-	85
Transporte, estacionamento e pedágio	790	1.464
Anuidades	150	113
	325.645	289.312

16. **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

Descrição	2020	2019
<u>Receita Financeira</u>		
Receita financeira	23.436	6.670
<u>Despesas Financeiras</u>		
Imposto de Renda sobre Aplicação Financeira	(4.712)	(952)
Despesas com IOF	(1.427)	(610)
Tarifas Bancárias	(160)	(30)
Variação Cambial (perdas)	(28)	-
Multas e Juros Moratórios	(49)	(241)
	17.060	4.837

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

A Administração do Instituto procede a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo. A consistência desse valor justo é revisada pela Administração.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto está sujeito a risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais. Os valores de caixa e equivalentes de caixa em instituição financeira, aplicados em instituição financeira com rating (BB-) , apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e Bancos	11.980	14.898
Aplicações interfinanceiras de liquidez	561.418	38.454
Créditos a receber	1.023	232
Doações a receber	1.169.157	-
	<u>1.743.578</u>	<u>53.584</u>

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

(iii) Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

18. PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas do Instituto os Associados Fundadores, os Diretores, os membros do Conselho Consultivo e um dos membros do Conselho Fiscal.

Associados Fundadores: O Instituto tem contrato de aluguel do escritório do Rio de Janeiro com a Gávea Investimentos, que tem entre seus sócios um dos associados Fundadores do

Instituto. O valor contratual do aluguel é compatível com valores praticados no mercado para imóveis similares.

Membros da Diretoria – No Estatuto Social do Instituto possui previsão para remunerar os membros da Diretoria por sua atuação e pela prestação de serviços específicos.

Conselho Consultivo e Conselho Fiscal - conforme determina o Estatuto Social, os membros dos conselhos consultivo e fiscal não são remunerados. Assim sendo, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

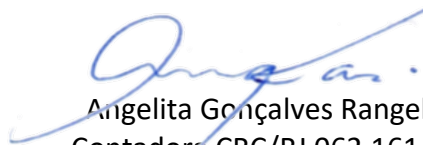
Em 31 de dezembro de 2020 não existiam reclamações trabalhistas contra o Instituto classificadas como perda provável e/ou possível que requeresse provisão para contingências.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização de sua emissão, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis e não há indícios que as atividades e as operações do Instituto sejam comprometidas.



Rodrigo Maciel de Sá Fiães
Diretor Administrativo-Financeiro



Angelita Gonçalves Rangel
Contadora CRC/RJ 062.161-4